



2022/0212(BUD)

7.9.2022

PARECER

da Comissão dos Assuntos Constitucionais

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2023 – todas as secções
(2022/0212(BUD))

Relator de parecer: Antonio Tajani

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Constitucionais insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Lamenta a diminuição de 21 % das dotações para autorizações e de 17 % das dotações para pagamentos do projeto de orçamento de 2023, em relação ao orçamento de 2022, para a rubrica «Envolvimento e participação dos cidadãos na vida democrática da União»; opõe-se aos cortes adicionais de 3 % nas dotações para autorizações propostos pelo Conselho; considera que devem ser disponibilizados recursos adequados para o programa CIDV e a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE), bem como outros instrumentos participativos, como os fóruns dos cidadãos, e reitera a importância de financiamento adequado a introduzir para assegurar o seguimento adequado das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa; propõe um aumento de 26 % das dotações para autorizações e de 20 % das dotações para pagamentos desta rubrica orçamental;
2. Considera insuficiente o aumento de 1 % das dotações para autorizações da rubrica «Representações da Comissão» em comparação com o orçamento de 2022; manifesta o seu descontentamento com a posição do Conselho de reduzir em 14 % as dotações para autorizações e em 8 % as dotações para pagamentos desta rubrica; propõe um aumento de 5 % das dotações para autorizações em relação ao projeto de orçamento de 2023 e o restabelecimento do nível das dotações para pagamentos previsto no projeto de orçamento de 2023; propõe um aumento dos fundos destinados aos Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu, uma vez que essas representações desempenham um papel importante na informação dos cidadãos sobre as atividades da União após a conclusão da Conferência sobre o Futuro da Europa; entende que este aumento é necessário para promover diálogos pró-ativos sobre assuntos da UE com os cidadãos dos Estados-Membros, aplicar as propostas contidas nas conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e desenvolver atividades de comunicação destinadas a combater a desinformação e a ingerência estrangeira;
3. Considera insuficiente o aumento de 1,5 % das dotações para autorizações da rubrica «Serviços de comunicação aos cidadãos» em comparação com o orçamento de 2022; opõe-se à posição do Conselho de reduzir em 12 % as dotações para autorizações e em 6 % as dotações para pagamentos; propõe, por conseguinte, um aumento de 5 % das dotações para autorizações em relação ao projeto de orçamento de 2023 e o restabelecimento do nível das dotações para pagamentos previsto no projeto de orçamento de 2023, tendo em vista o financiamento de ações de sensibilização e de informação sobre a ICE, bem como a aplicação das propostas contidas nas conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa; destaca a importância de envolver as ONG de menor dimensão, os órgãos de poder local e as partes interessadas nas estratégias e atividades de comunicação; solicita que sejam disponibilizados conteúdos em todas as línguas da UE e conteúdos nas línguas maternas dos europeus que vivem noutros países da UE;
4. Destaca a necessidade de aumentar os recursos e o número de efetivos da Autoridade

para os Partidos Políticos Europeus e as Fundações Políticas Europeias, tendo em conta a ampliação significativa das suas atribuições, tal como previsto na proposta da Comissão de reformulação do Regulamento (UE, Euratom) n.º 1141/2014;

5. Sublinha a necessidade de maior flexibilidade na definição do orçamento da UE, em coordenação com o Parlamento Europeu, a fim de assegurar a adaptação do QFP aos novos desafios importantes para os cidadãos da UE;
6. Exorta a Comissão e o Conselho, no contexto de um número crescente de transferências e ajustamentos ao orçamento da UE, a respeitarem os direitos do Parlamento Europeu no que diz respeito ao seu papel orçamental e solicita um processo transparente, aberto e previsível relativamente a essas medidas;
7. Insta a Comissão a demonstrar maior flexibilidade na adaptação e nas alterações introduzidas pelos Estados-Membros nos planos de recuperação e resiliência e solicita um procedimento especial rápido de emergência para quaisquer alterações geradas pelo contexto e desafios atuais; insta a Comissão a iniciar essa alteração estratégica no prazo de 30 dias após a aprovação do orçamento da UE, permitindo que os países melhorem os seus planos até ao final do período de contratação; exorta a Comissão e o Conselho a ponderarem a possibilidade de prorrogar por um ano a execução do MRR;
8. Propõe aumentar os fundos para permitir uma maior participação dos jovens no que diz respeito às políticas e valores democráticos da União num contexto ainda marcado pelas consequências da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia; sugere, para o efeito, a execução de projetos-piloto pela Comissão sobre ações no domínio da educação dos cidadãos europeus, dos festivais europeus da cultura e das ideias sobre o 9 de maio, bem como de concursos para jovens; insta a Comissão e o Conselho a integrarem no orçamento da UE para 2023 recursos financeiros adicionais que permitam a implementação dos resultados e das recomendações extraídos do Ano Europeu da Juventude;
9. Insta a Comissão dos Orçamentos a incorporar as sugestões acima referidas, no que respeita aos aumentos orçamentais, na proposta de resolução que aprovar, uma vez que estes aumentos proporcionam resultados concretos e uma comunicação de qualidade com os cidadãos.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Data de aprovação | 5.9.2022 |
| Resultado da votação final | +: 17 -: 3 0: 0 |
| Deputados presentes no momento da votação final | Gerolf Annemans, Włodzimierz Cimoszewicz, Gwendoline Delbos-Corfield, Daniel Freund, Charles Goerens, Sandro Gozi, Laura Huhtasaari, Giuliano Pisapia, Domènec Ruiz Devesa, Jacek Saryusz-Wolski, Helmut Scholz, Antonio Tajani, Guy Verhofstadt, Loránt Vincze |
| Suplentes presentes no momento da votação final | Vladimír Bilčík, Gilles Boyer, Christian Doleschal, Niklas Nienaaß |
| Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final | Anna-Michelle Asimakopoulou, Maria Grapini, Lídia Pereira |

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

| 17 | + |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PPE | Anna Michelle Asimakopoulou, Vladimír Bilčík, Christian Doleschal, Lídia Pereira, Antonio Tajani, Loránt Vincze |
| Renew | Gilles Boyer, Charles Goerens, Sandro Gozi |
| S&D | Włodzimierz Cimoszewicz, Maria Grapini, Giuliano Pisapia, Domènec Ruiz Devesa |
| The Left | Helmut Scholz |
| Verts/ALE | Gwendoline Delbos Corfield, Daniel Freund, Niklas Nienaaß |

| 3 | - |
|-----|-----------------------------------|
| ECR | Jacek Saryusz Wolski |
| ID | Gerolf Annemans, Laura Huhtasaari |

| 0 | 0 |
|---|---|
| | |

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções

NOTA: Guy Verhofstadt (Renew) não dispunha do seu cartão de voto, mas declarou que pretendia votar a favor na votação final (este voto não é tido em conta no resultado final).